

EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL

Edital de 1ª e 2ª Praças de bens imóveis e para intimação dos requeridos **PE DE NORTE COMÉRCIO DE ROUPAS E CALÇADOS LTDA** (CNPJ: 04.344.680/0001-11) na pessoa de seu representante legal, **MARIA LUCIA MOREIRA DA ROCHA** (CPF: 035.371.627-82), **ESPOLIO DE ANTONIO VIEIR DA ROCHA** (CPF: 019.057.087-34), bem como de seus cônjuges, se casados forem e demais interessados, expedido na AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, **Processo nº 1051798-18.2016.8.26.0100**, em trâmite na **24ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL/SP**, requerida por **POLO MODA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** (CNPJ: 02.762.199/0001-10).

A Dra. TAMARA HOCHGREB MATOS, MM. Juíza de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do CPC, **FAZ SABER** que levará a praça os bens abaixo descritos, por meio de leilão eletrônico conduzido pela leiloeira oficial Dora Plat, matriculada na JUCESP sob nº 744 na plataforma eletrônica (www.portalzuk.com.br), nas condições seguintes:

1 - DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS:

LOTE 001 - Apartamento 201 do Edifício situado na Rua Dois de Fevereiro nº 870, com direito a 01 vaga na garagem, e sua correspondente fração ideal de 6,5/99 do respectivo terreno, que mede em sua totalidade: 14m50 de frente, mais 9m42 em curva interna subordinada a um raio de 6m00, concordando com o alinhamento da Rua Bernardo por onde mede 29m29 em curva interna subordinada a um raio de 442m00; 20m70 de fundos por 33m85 à direita, confrontando à direita com o prédio nº 876; à esquerda com a Rua Bernardo e nos fundos com a vila nº 129 da Rua Bernardo. **Contribuinte nº 1.394.8146. Matrícula nº 123.948 do 6º CRI de RIO DE JANEIRO/RJ.**

ÔNUS: Constan da referida matrícula nº 123948, conforme **Av.04(12/01/2018)**, Existência da presente Ação Ordinária. **R.05(04/07/2024)**, Penhora Exequenda.

OBS: Antonio Vieira da Rocha faleceu em 28/02/2022.

As fls, 157 foi reconhecida a fraude à execução e deferida a penhora.

AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 252.038,29 (novembro/2024).

VISITAÇÃO: Não há visitação.

LOTE 002 - Apartamento 303 com direito a uma vaga de garagem do edifício situado na Rua Dois de Fevereiro nº 870 e sua correspondente fração ideal de 7,5/99 do respectivo terreno, que mede em sua totalidade 14m50 de frente,, mais 9m42 em curva interna subordinada e um raio de 6m00 concordando com o alinhamento da Rua Bernardo por onde mede 29m29 em curva interna subordinada a um raio de 442m00, 20m70 de fundos por 33m85 a direita, confrontando a direita com o prédio nº 87; à esquerda com a Rua Bernardo e nos fundos com a vila nº 129 da Rua Bernardo. **Contribuinte nº 1.394.8211. Matrícula nº 123.908 do 6º CRI de RIO DE JANEIRO/RJ.**

ÔNUS: Constan da referida matrícula nº 123908, conforme **AV.04(12/01/2018)**, Existência da presente Ação Ordinária. **R.05(04/07/2024)**, Penhora Exequenda.

OBS: Antonio Vieira da Rocha faleceu em 28/02/2022.

As fls, 157 foi reconhecida a fraude à execução e deferida a penhora.

AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 258.339,26 (novembro/2024).

VISITAÇÃO: Não há visitação.

LOTE 003 - Apartamento 204 do prédio situado na Rua Borja Reis nº 1.094, com direito a uma vaga no estacionamento, e sua correspondente fração ideal de 1/8, do respectivo terreno, que mede na totalidade: 12m00 de frente aos fundos, por 43m00 de ambos os lados, confrontando do lado direito com o prédio nº 1102 do lado esquerdo com o prédio nº 1.088, e nos fundos com os prédios nº 07 e nº 7 casa 2 da Rua Pocone. **Contribuinte nº 1.580.5898. Matrícula nº 123.975 do 6º CRI de RIO DE JANEIRO/RJ. ÔNUS:** Constam da referida matrícula nº 123975, conforme **Av.04(12/01/2018)**, Existência da presente Ação Ordinária. **R.05(04/07/2024)**, Penhora Exequenda.

OBS: Antonio Vieira da Rocha faleceu em 28/02/2022.

As fls, 157 foi reconhecida a fraude à execução e deferida a penhora.

AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 205.580,11 (novembro/2024).

VISITAÇÃO: Não há visitação.

2 - AVALIAÇÃO TOTAL DOS IMÓVEIS - R\$ 715.957,66 (novembro/2024 - Conforme Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP), que será(ão) atualizada a época da alienação.

3 - DÉBITO EXEQUENDO - R\$ 686.122,33 (outubro/2017).

4 - DATAS DAS PRAÇAS - 1ª Praça começa em 24/01/2025 às 13h00min, e termina em 28/01/2025 às 13h00min; 2ª Praça começa em 28/01/2025 às 13h01min, e termina em 17/02/2025 às 13h00min.

5 - CONDIÇÕES DE VENDA - Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao valor de avaliação (1ª Praça) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a 60% do valor da avaliação (2ª Praça). Caso nas praças não haja lance para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação de forma parcelada, (obrigatoriamente encaminhadas via sistema do site, nos termos do Art. 22, parágrafo único da Resolução nº 236 do CNJ), necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses, mediante correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, prevalecendo a de maior valor, que estarão sujeitas a apreciação pelo MM. Juízo da causa (Art. 891, parágrafo único, Art. 895, §§ 1º, 2º, 7º e 8º do CPC, e prazos conforme AI 2132770-30.2017.8.26.0000 do TJ/SP).

6 - PAGAMENTO - O preço do(s) bem(ens) arrematado(s) deverá(ão) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização da praça. Em até 5 horas após o encerramento da praça, cada arrematante receberá e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC).

Não sendo realizado o depósito da oferta no prazo estipulado e/ou o pagamento de sua comissão, o leiloeiro comunicará o fato ao MM. Juiz responsável, informando os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação judicial, sem prejuízo da aplicação de sanção prevista no art. 897 do novo CPC, ao arrematante remisso. Além disso, arcará o arrematante remisso, com todos os ônus e implicações, decorrentes de sua omissão, inclusive, para a obtenção de novos documentos e ressarcimento das despesas, para a realização da praça.

O inadimplemento, autoriza o exequente, a pedir a resolução da arrematação ou promover em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos, serem formulados nos autos da execução, em que se deu a arrematação. (Art. 895, § 4º e 5º do CPC).

7 - DO INADIMPLEMENTO - Em caso de falta de pagamento ou desistência imotivada do arrematante/proponente a qualquer momento, será cobrada multa moratória no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação em favor da leiloeira, sem prejuízo a demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa, bem como poderá ainda a Leiloeira emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito.

8 - COMISSÃO DO LEILOEIRO - A comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, paga à vista pelo arrematante em meio de pagamento cuja beneficiária será a leiloeira Dora Plat CPF 070.809.068-06, não se incluindo no valor do lance (886, II do CPC e 266 NSCGJ).

A comissão da leiloeira, não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se, a arrematação for desfeita por determinação judicial, ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas.

9 - DO CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL - Nos termos do Art. 7º, § 3º da Resolução nº 236 do CNJ, caso a(s) praça(s) seja(m) cancelada(s)/suspensa(s) após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro, que serão pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento.

10 - DÉBITOS e OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE - Eventuais débitos de IPTU/ITR foro e laudêmio, quando for o caso e demais taxas e impostos até a data da praça serão pagos com o produto da venda, mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa (Art. 130, parágrafo único do CTN). O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área de responsabilidade do arrematante, que será responsável por eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data da efetiva praça. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

11 - DA FRAUDE - Aquele que, tentar fraudar a arrematação, além da reparação do dano na esfera cível - Arts. 186 e 927 do Código Civil, ficará sujeito às penalidades do artigo 358 do Código Penal: Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

12 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS - Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou pela central de atendimento no Whatsapp (11) 99514-0467 e/ou e-mail: contato@portalzuk.com.br. Para participar acesse www.portalzuk.com.br.

13 - DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO - Os interessados deverão se cadastrar no site portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página desta Praça, para participação on-line, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do horário previsto, para o término da 1ª ou da 2ª Praça, observadas as condições estabelecidas neste edital. Aquele que se habilitar para a 1ª, estará automaticamente habilitado para a 2ª Praça.

14 - DIREITO DE PREFERÊNCIA - Se houver mais de um pretendente, proceder-se-á entre eles à licitação, sendo resguardado o direito de preferência na arrematação ao cônjuge, o companheiro, o descendente ou o ascendente do executado, nessa ordem, em igualdade de condições (CPC, art. 892, § 2º). Tratando-se de penhora de bem indivisível, o coproprietário ou cônjuge não executado possuem preferência na arrematação do bem em igualdade de condições (art. 843, § 1º). Caso pretenda exercer o direito de preferência durante o leilão, deve o interessado efetuar o cadastro perante a plataforma, solicitar habilitação no leilão respectivo e expressamente informar a leiloeira de sua pretensão. A manifestação de interesse e aceite das condições deve ser feito por preenchimento do termo disponibilizado no site, devendo, ao final ser instruída com a documentação comprobatória requerida e remetida para o e-mail: contato@portalzuk.com.br, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de início do leilão. O direito de preferência não cessa se não exercido durante o leilão, podendo, o interessado, se habilitar nos autos do leilão para pleitear a preferência na arrematação, em igualdade de condições dos demais licitantes.

Ficam os requeridos PE DE NORTE COMÉRCIO DE ROUPAS E CALÇADOS LTDA, MARIA LUCIA MOREIRA DA ROCHA, ESPOLIO DE ANTONIO VIEIR DA ROCHA, e demais interessados, **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja (m) localizado (a) (s) para a intimação pessoal, bem como das Penhoras realizadas em 24/05/2018, 24/05/2018, 24/05/2018 respectivamente. Dos autos não constam recursos ou causas pendentes de julgamento. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 29 de novembro de 2024.

Eu, _____, **Escrevente Digitei,**

Eu, _____, **Escrivã(o) Diretor (a), Subscrevi.**

TAMARA HOCHGREB MATOS
JUÍZA DE DIREITO